

## Outros títulos

- AA.VV. [Câmara Municipal de Oeiras], *1.º Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras, a Terra, e os Homens*
- Ascher, François, *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*
- Baptista, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*
- Benko, Georges, *A Ciência Regional*
- Benko, Georges, e Alain Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganadoras: Distritos e Redes, os Novos Paradigmas da Geografia Económica*
- Costa, António Firmino da, *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*
- Fortuna, Carlos, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*
- Fortuna, Carlos, *Cidade, Cultura e Globalização* (2.ª edição)
- Guerra, Isabel (coord.) e outros, *A Baixa Pombalina: Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*
- Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*
- Vaz, Maria João, Eunice Relyas, Nuno Pinheiro (orgs.), *Exclusão na História: Actas do Colóquio Internacional Sobre Exclusão Social*

MAGDA PINHEIRO, LUÍS V. BAPTISTA E MARIA JOÃO VAZ  
(ORGANIZADORES)

# CIDADE E METRÓPOLE

CENTRALIDADES E MARGINALIDADES

Paula Abreu  
Marina Antunes  
José Gabriel Pereira Bastos  
Susana Pereira Bastos  
Luís V. Baptista  
Joana Campos  
António Firmino da Costa  
Graça Cordeiro  
Maria Teresa Craveiro  
Alina Esteves  
Mónica Farina  
Eduardo Viegas Ferreira  
Paulo Ferreira  
Carlos Fortuna  
Catarina Jorge  
José Manuel Julião  
David Justino  
João Teixeira Lopes  
Ángela Luzia  
Jorge Malheiros  
Sandra Mateus  
José Manuel de Oliveira Mendes  
Ricardo Mendes  
Leonel Neves  
Carlos Nunes  
Magda Pinheiro  
Paulo Peixoto  
Inês Pereira  
Virgílio Borges Pereira  
Jorge de Sousa Rodrigues  
Teresa Rodrigues  
Álvaro Ferreira da Silva  
Artur Valentim  
Maria João Vaz



Centre de Estudos Sociais  
Laboratório Associado

7176

Bibl. Norte/Sul ✓

CELTA EDITORA  
OEIRAS / 2001

© CEHCP/ISCTE, 2001

Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e Maria João Vaz (organizadores)  
**Cidade e Metr pole: Centralidades e Marginalidades**

Primeira edi o: Dezembro de 2001  
Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 972-774-129-0  
Depósito legal: 173124/01

Composi o (em caracteres Times, corpo 9): Celta Editora  
Capa: Mário Vaz | Arranjo e imagem: Paula Neves  
Impressão e acabamentos: Grafis, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legisla o em vigor,  
por Celta Editora, Lda., Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal.

**Celta Editora**, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal  
Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal  
Tel.: (+351) 214 417 433  
Fax: (+351) 214 467 304  
E-mail: [mail@celtaeditora.pt](mailto:mail@celtaeditora.pt)  
Página: [www.celtaeditora.pt](http://www.celtaeditora.pt)

- Fortuna, Carlos (1997), "Introdução. Sociologia, cultura urbana e globalização", *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, pp. 1-28, Oeiras, Celta.
- Fortuna, Carlos; Claudino Ferreira e Paula Abreu (1999), "Espaço público urbano e cultura em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 85-117.
- INE (1996), *Relatório Sobre os Conceitos de: Urbano, Semi-Urbano e Rural*, Lisboa, INE, DCI/Serviço de Coordenação.
- Santos, Helena; Margarida Lima de Faria e Paula Abreu (1998), *Hábitos Culturais e Práticas de Lazer da População do Concelho de Aveiro. Resultados de um Inquérito*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Santos, Helena; Paula Abreu; Augusto Santos Silva; Felícia Luvumba; Carlos Fortuna; Claudino Ferreira e Paulo Peixoto (1999), "Consumos culturais em cinco cidades: Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto", *Oficina do CES*, 146, Novembro.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (org.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional. Programa Europeu de Avaliação das Políticas Culturais Nacionais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Silva, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (2000), "A dinâmica cultural das cidades médias: uma sondagem do lado da oferta", em Augusto Santos Silva e Carlos Fortuna (orgs.), *O Projecto e a Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos e Helena Santos (1995), *Prática e Representação das Culturas: Um Inquérito na Área Metropolitana do Porto*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- Silva, Augusto Santos (1995b) "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas", Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 253-270.
- Silva, Augusto Santos; Elisa Babo; Helena Santos e Paula Guerra, (1998a) "Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos de uma difícil relação", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 18, pp. 67-105.
- Silva, Augusto Santos; Felícia Luvumba; Helena Santos e Paula Abreu (2000), *Públicos Para a Cultura, na Cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.

## Capítulo 13

## AS CIDADES E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A corrida ao estatuto de *património mundial* e a identidade simbólica das cidades

Paulo Peixoto

Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A nível mundial a última década do milénio foi marcada por uma intensificação dos processos de patrimonialização. Se nos centrarmos na figura emblemática do património mundial, instituída pela Convenção da UNESCO de 1972, podemos verificar que nos anos de 1990 se estabeleceu uma espécie de corrida em que a meta é a obtenção desse estatuto. Em Portugal, desde que em 1983 foi atribuída essa distinção da UNESCO ao centro histórico de Angra do Heroísmo, ao Mosteiro dos Jerónimos, à Torre de Belém, ao Mosteiro da Batalha e ao Convento de Cristo em Tomar, temos também assistido a uma multiplicação de candidaturas e intenções de candidatura ao estatuto de património mundial. Ainda nos anos de 1980, obtiveram esse reconhecimento o centro histórico de Évora, em 1986, e o Mosteiro de Alcobaça, em 1989. Já nos anos de 1990, foram alvo de distinção a paisagem cultural de Sintra, em 1995, o centro histórico do Porto, em 1996, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, em 1998, e a Floresta de Laurisilva da Madeira, em 1999. Para além disso, a imprensa, os governantes e outros dirigentes locais fazem eco de potenciais candidaturas, como, por exemplo, os centros históricos de Guimarães, Santarém e Coimbra (Cf. Nunes, 1996; AA.VV., 1998).

Na figura 13.1 podemos ver que se os três primeiros anos da década de 1990 acentuam uma tendência, já visível na passagem da década de 1970 para a de 1980, no sentido da diminuição do ritmo de inscrição de bens na lista do património mundial, os restantes anos da década passada invertem nitidamente essa tendência. Desde 1993, inclusive, o número de bens inscritos por ano na lista da UNESCO tem sido sempre superior à média dos anos de 1970 e 1980, sendo um primeiro indicador da intensificação da corrida ao estatuto de património mundial.

Como sabemos, as cidades históricas e os acervos patrimoniais são economicamente difíceis de manter (Cf. Prentice, 1997; Ashworth e Tunbridge, 1994). Aliás, nas comunidades em que se luta desesperadamente para assegurar aos cidadãos a satisfação das necessidades básicas, empregar recursos na conservação do património é frequentemente visto como um luxo (Milbert, 1996). Por isso, torna-se pertinente questionar porquê esta intensificação da patrimonialização e a corrida ao estatuto de património mundial? A contextualização e a explicação da "febre" da patrimonialização leva-nos inevitavelmente a centrar a questão nas políticas locais e urbanas. Na verdade, a intensificação da patrimonialização resulta, em larga medida, da necessidade de agir localmente relativamente a processos que são estruturais na economia e globais na escala (Newby, 1994:206). A transformação das estruturas da economia mundial, marcada pelo ruir das sociedades industriais, pelo aumento do consumo e pelo alargamento das práticas de lazer, obrigou muitas cidades dominadas por economias industriais ou agrícolas a reconverterem-se, e foi na cultura, no passado e no seu património que muitas dessas cidades

encontraram a base da sua reconversão (Cf. Fortuna, 1997; Fortuna e Peixoto, 1997; Peixoto, 1997a; Peixoto, 1997b; Zukin, 1997).

As análises das políticas locais e urbanas mostram que a última década do século XX ficou marcada pela pressão para a mediatização (Kotler e outros, 1993) e pela adopção de estilos de governação empresariais (Haughton e outros, 1999; Cf. Domingues, 1996), com os particularismos locais a serem encarados como um recurso e uma vantagem competitiva. Assim, em cidades históricas que enfrentam a erosão do seu tecido económico e a perda de competitividade, o seu *genius loci* afirma-se como um trunfo que tem sido explorado com objectivos políticos e económicos. É nesta vertente das políticas locais que se encontram as bases da intensificação dos processos de patrimonialização. No plano simbólico e representacional em que se joga o prestígio e se difundem imagens que realçam o potencial competitivo das cidades, o espírito de lugar e os símbolos que o representam tornaram-se campos privilegiados de transformação das identidades urbanas. Por um lado, as cidades, substituindo-se ao Estado central, afirmam-se enquanto agentes de competição, utilizando como recursos da sua promoção e da sua transformação identitária o património histórico que possuem (Cf. Fortuna e Peixoto, 1997). Por outro lado, o crescente protagonismo das cidades mostra que a competitividade está cada vez mais territorializada e ancorada na possibilidade de rentabilização de especificidades, dependendo o sucesso das políticas urbanas da capacidade em produzir diferenças que as cidades possam oferecer.<sup>1</sup>

Ainda que a concorrência intercidades possa não assumir as proporções que frequentemente lhe são atribuídas (Costa, 1999; Fortuna, 1997; Ferrão, 1995; Kotler e outros, 1993), é inegável que a pressão para a mediatização e a adopção de estilos empresariais de governação tem levado a uma intensificação do sentimento de concorrência junto dos governantes locais, tornando-se, nesse âmbito, um dos eixos em que se estruturam as políticas urbanas. Neste cenário de crescente concorrência entre lugares, as cidades anunciam-se, exibem-se, apresentam-se e entram no palco da encenação. Acima de tudo elas procuram cada vez mais singularizar-se, de modo a posicionarem-se no jogo da competição económica nacional e internacional. Assim, a vontade em sair do anonimato manifesta-se por operações de fabricação de imagens, no sentido em que as cidades (e quem as dirige) procuram multiplicar as ocasiões que lhes permitam aparecer na cena mediática (Legué-Dupont, 1996). Para os eleitos locais, investidos dos novos poderes que a descentralização confere, torna-se fundamental forjar uma nova representação de cidade, promovendo a transformação da identidade simbólica através da criação de novos símbolos, de mensagens promocionais, e da obtenção de um novo estatuto (como, por exemplo, Cidade da Saúde; Capital do Queijo da Serra; Capital da Vinha e do Vinho, Cidade Património Mundial, etc.).

É nesta perspectiva que a análise da procura do estatuto de cidade património mundial se torna particularmente relevante. No final da década de 1980 o número das cidades património mundial elevava-se a 71, enquanto no final da década de 1990 era já de 164. Tão significativo como este aumento é o facto de a percentagem das cidades património mundial situadas na Europa ter passado de 45,1%, em 1989, para 57,3%, em 1999 (Cf. figura 13.2). Este dado mostra que o estatuto de cidade património mundial se tornou alvo da perseguição estratégica das regiões onde se localizam os principais destinos do turismo histórico e patrimonial. A mudança da identidade simbólica provocada pela obtenção deste estatuto não pode deixar de ser vista

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada das estratégias das políticas urbanas, cujo objectivo é a promoção de especificidades locais, assim como dos alvos e mercados visados por essas políticas, ver Peixoto (1999).

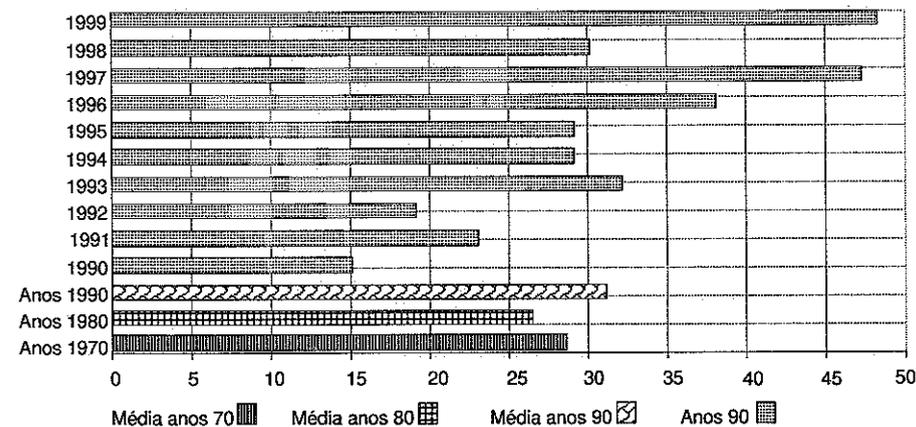
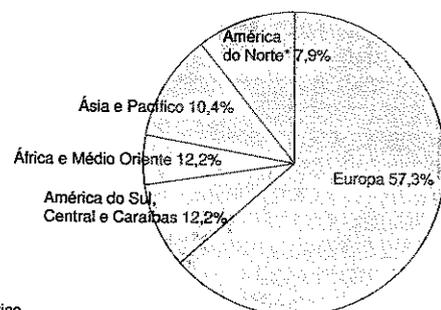


Figura 13.1 Número de bens incluídos na lista do Património Mundial

como uma bandeira que é agitada para funcionar como imagem de marca de lugares que procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo em termos da captação dos fluxos do turismo histórico e patrimonial.

A partir dos anos 80 do século XX as cidades começaram a ser redescobertas com fins turísticos (Dietvorst, 1994:69). À medida que as cidades se afirmam como destinos turísticos, o património torna-se uma grande indústria internacional. A acção desenvolvida pela Unesco no domínio da identificação de sítios naturais e bens culturais, bem como a sua posterior inscrição na lista do património mundial, tem contribuído em muito para apoiar essa indústria: talvez não intencionalmente, mas ainda assim de um modo efectivo (Carr, 1994:52).

No quadro 13.1 podemos verificar que a posição que os países ocupam na lista dos bens do *património mundial* (se os ordenarmos de modo decrescente pelo número de bens reconhecidos pela UNESCO) é análoga àquela que ocupam na hierarquia dos destinos mais procurados pelo turismo internacional. Dos 16 países com mais bens inscritos na lista do património mundial, 12 encontram-se entre os 16 destinos mais procurados pelo turismo internacional, com posições quase homologadas. A título de exemplo, podemos constatar que enquanto no início da década de 1990 a Índia (um destino turístico marginal) era o país com mais bens inscritos na lista do património mundial, chegados ao final da década a Índia tinha sido alcançada pela Alemanha e ultrapassada pela Espanha, Itália, França e China. Em 1990, entre os países com mais bens reconhecidos pela UNESCO, figuravam a Bulgária (8.ª posição), o Peru (10.ª posição), a Etiópia (13.ª posição), a Argélia (18.ª posição), o Egipto, a Líbia e o Paquistão (21.ª posição). Em 1999 estes países não apareciam nas 20 primeiras posições da lista do património mundial. Em contrapartida, a Itália, que, em 1990, era apenas o 18.º país com mais bens reconhecidos pela UNESCO, em 1999 ocupava já a primeira posição. Por isso, não estamos apenas perante uma corrida ao estatuto de património mundial, estamos perante uma corrida que se intensificou à medida que as cidades dos países com acervos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados pela indústria turística, impelidas pela retórica da concorrência e pelo adensamento dos fluxos turísticos, se empenharam profundamente em transformar a sua identidade simbólica.



\* Inclui EUA, Canadá e México

Figura 13.2 Cidades património mundial por regiões em 1999

Através do figura 13.3 podemos verificar que os países que inscreveram um maior número de bens na lista do património mundial durante a década de 1990 estão simultaneamente entre os principais destinos do turismo internacional. A República Checa, que em 1990 era o 16.º destino mais procurado pelo turismo internacional e que actualmente é o 12.º, não tinha, no início da década qualquer bem inscrito na lista do património mundial. A China, que foi o segundo país a ver reconhecidos mais bens pela UNESCO, tendo passado da 13.ª posição para a 4.ª na lista do património mundial, ganhou ao longo da década seis posições na hierarquia dos destinos turísticos, tendo passado do 12.º para o 6.º lugar. Não sendo nossa intenção defender a tese que a obtenção do estatuto de património mundial garante, por si só, uma maior procura turística, queremos apenas constatar que a instituição do estatuto de património mundial pela UNESCO se tornou uma distinção simbólica que as cidades e os países não desprezam no conjunto dos seus esforços para reforçarem a sua atractividade turística. Essa distinção simbólica é, aliás, frequentemente o elemento mais importante das políticas de *marketing* urbano e da estruturação dos fluxos do turismo patrimonial, que é, entre as indústrias turísticas, uma das mais organizadas e uma daquelas em que os fluxos mais são controlados por estratégias e aparelhos organizacionais (Cf. Page, 1995).<sup>2</sup>

A orientação estratégica das políticas locais e urbanas para a mediatização, bem como a sua elaboração e estruturação numa lógica concorrencial, determinam ainda a intensificação dos processos de patrimonialização a um outro nível. A adopção de estilos de governação empresariais tem fixado como um dos objectivos mais importantes das políticas urbanas a construção e difusão de imagens positivas que permitam às cidades atrair não só turistas, mas também consumidores, investidores, serviços públicos e até indivíduos mais qualificados social e profissionalmente. Reforçar a competitividade das cidades nestes domínios passa também pela transformação da identidade simbólica, no sentido em que se torna frequentemente necessário contrariar as imagens mais negativas que possam ser um obstáculo aos objectivos estratégicos das cidades. A difusão de novas imagens tem sido promovida, quer através da dinamização

2 Podemos destacar algumas iniciativas inovadoras e demonstrativas deste argumento como, por exemplo, a *Mostra de Turismo de Cidades Património Mundial* que decorreu em Évora entre 17 e 20 de Setembro de 1999, no quadro do 3.º Simpósio e da 4.ª Assembleia das Cidades Património Mundial. O objectivo desta iniciativa foi precisamente apresentar a oferta turística das cidades portuguesas património mundial, e, além delas, Guimarães, Santarém e Tomar, a um conjunto de 25 operadores turísticos e jornalistas estrangeiros.

Quadro 13.1 Ordenação dos países relativamente ao lugar ocupado na lista do património mundial e à posição na hierarquia dos destinos do turismo internacional

Países	Nº de bens inscritos na lista do património mundial	Posição na lista do património mundial	Nº de turistas (em milhões)		Posição como destino turístico		
			1990	1999	1998	1990	1998
Espanha	16	31	4	1	47.749	3	2
Itália	6	31	18	1	34.829	4	4
França	17	27	2	3	70.000	1	1
China	7	23	13	4	25.063	12	6
Alemanha	9	22	8	5	16.511	9	11
Índia	19	22	1	5	—	—	—
México	8	21	10	7	19.810	8	7
Estados- Unidos	17	20	2	8	46.395	2	3
Reino Unido	14	18	5	9	25.750	7	5
Grécia	12	16	6	10	11.077	13	16
Canadá	10	13	7	11	18.825	10	8
Austrália	8	13	10	11	4.167	36	33
Rússia	3	13	—	11	15.810	17	13
Brasil	7	12	13	14	4.818	53	30
Portugal	6	10	18	15	11.200	14	15
Japão	0	10	—	15	4.106	28	35

Fonte: Lista dos bens do património mundial. UNESCO (Janeiro 2000) World Tourism Organization.

cultural e da inscrição de símbolos modernizadores nas paisagens urbanas, quer por via da instrumentalização, reinvenção e revalorização do património histórico, que se torna um recurso simbólico de estratégias que procuram converter a sua marca de tradição em capital de inovação (Fortuna, 1997:235).

A qualificação do espaço urbano é, assim, uma questão central das políticas locais das nossas cidades e a relação entre acção cultural e qualificação dos espaços urbanos está na ordem do dia (Silva, 1995:253). As cidades estão cada vez mais apostadas em oferecer uma cultura urbana baseada na fruição do espaço público e dos espaços privados de uso público (Cf. Bianchini e outros, 1990). Neste domínio, o espaço público, e particularmente os centros históricos das cidades, passaram a ser encarados, no âmbito das políticas urbanas, como um equipamento cultural. Assim, a intensificação dos processos de patrimonialização fica também a dever-se ao facto de o património ser um recurso importante na criação e promoção de um mercado urbano de lazer.

A imbricação crescente entre consumo e lazer (Peixoto, 1995), e o enquadramento destas dinâmicas no espaço em que ocorrem, tem levado as políticas locais a prestar uma atenção crescente aos centros urbanos e às suas funções culturais. Por isso, falar da competição em que as cidades estão hoje envolvidas é falar da lógica dos actos de consumo, ainda que apenas visuais, e de contacto com o espaço vivido da cidade (Fortuna, 1995). O facto de os indivíduos saírem de casa apenas para passear ou “dar uma voltinha” acabando por regressar a casa carregados de compras, ou o facto de saírem para “ir às compras” mesmo quando, depois de terem visto todas as montras da cidade, nada acabam por comprar, faz com que o consumo surja, no contexto dos novos modos de vida urbanos, disfarçado de lazer e o lazer surja disfarçado de consumo (Cf. Peixoto, 1995). Ter a possibilidade de enquadrar estas imbricadas dinâmicas

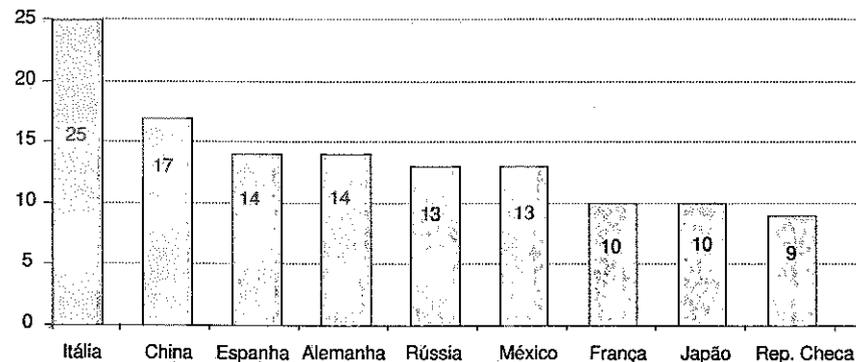


Figura 13.3 Países com maior número de bens incluídos na lista do património mundial na década de 1990

urbanas, que dão forma ao quotidiano das cidades, numa moldura patrimonial que ajude, através da estilização, a promover o uso do espaço público, é ter ao seu dispor um recurso que as cidades consideram cada vez mais.<sup>3</sup> Recorrendo a José Madureira Pinto, diríamos que “a verdadeira importância [dos projectos de patrimonialização] reside, não tanto na estratégia de conservação das marcas arquitectónicas do passado, como, sobretudo, no estímulo dado, por seu intermédio, à criação cultural autónoma e à recuperação mais genuína da festa, a saber, a da celebração colectiva em que todos são tendencialmente protagonistas” (1995:192). Aliás, várias décadas de experiência de trabalho com os centros históricos demonstraram que os objectivos patrimoniais são mais facilmente alcançados quando se ligam a outros projectos e objectivos comunitários. Nesse sentido, ainda que sejam louváveis e desejáveis os esforços que visem conferir um valor emblemático a determinados elementos patrimoniais que facilitem a identificação da cidade, quer a quem nela habita, quer a quem a visita, é bastante perigoso que uma política patrimonial se fique por aí (Bourdin, 1996).

Os processos de patrimonialização, ou porque resultam da pressão de sectores da população local que estão interessados em reforçar os seus direitos cívicos (Cf. Reis, 1999) e o seu grau de auto-estima ou de influência, ou por ficarem a dever-se a lógicas de rivalidade entre lugares que visam manter ou aumentar o seu prestígio, são, muitas vezes, de natureza reactiva e acabam frequentemente por se converter num fim em si mesmo.<sup>4</sup> O estatuto de património mundial, pelo valor simbólico que encerra e pelo seu valor funcional no domínio da projecção mediática das cidades, presta-se particularmente a ser um dos elementos centrais da retórica e da luta política que envolvem os projectos de transformação dos centros urbanos. Esse estatuto

3 A cada vez mais utilizada expressão “urbanismo comercial” destaca precisamente estas três variáveis: consumo; lazer; espaço (Cf. Balsas, 1999).

4 Um dos sintomas desta tendência pode ser ilustrado com recurso ao argumento de que, nos anos de 1990, as cidades se estão a reproduzir em série (Page, 1995). Para o autor, quando um conceito de desenvolvimento económico urbano parece funcionar num dado lugar, esse conceito depressa se difunde para outros locais. Por outro lado, a intensificação da competição entre cidades pela captação dos fluxos turísticos, nos anos de 1990, tem multiplicado o número de lugares que estão a competir pelo mesmo mercado (1995:117-118). Em nosso entender, a corrida ao estatuto de *património mundial* é uma consequência deste efeito de reprodução em série de um modelo de desenvolvimento urbano que, aos olhos dos governantes locais, cria novas oportunidades de afirmação das cidades.

Quadro 13.2 Número de bens incluídos na lista do património mundial por regiões de 1978 a 1998

	1978/1984		1985/1991		1992/1998		Totais por linha	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Europa	63	34,4	75	43,1	130	57,8	268	46,0
África e Médio Oriente	54	29,5	27	15,5	14	6,2	95	16,3
Ásia e Pacífico	24	13,1	41	23,6	49	21,8	114	19,6
América do Norte*	22	12,1	14	8,0	14	6,2	50	8,6
América do Sul, Central e Caraíbas	20	10,9	17	9,8	18	8,0	55	9,5
Totais por coluna	183	100,0	174	100,0	225	100,0	582	100,0

Fonte: Lista dos bens do património mundial. UNESCO (Janeiro 2000).

é recorrentemente evocado para deslegitimar ou legitimar determinadas estratégias de intervenção (Peixoto, 1997a), convocado para contestar ou justificar o *statu quo* e criticado por limitar certos interesses individuais em nome de um suposto valor universal. Ao tornar-se a distinção e a referência simbólica mais importante dos processos de patrimonialização, o estatuto de património mundial parece ter adquirido uma auréola que permite alcançar graus inimagináveis de consensualidade em relação ao rumo das políticas urbanas: em seu nome, muitas opções adquirem legitimidade, ao passo que outras a perdem; em seu nome, o património torna-se um “álibi” (Monnet, 1996) que permite justificar, em nome da preservação ou da obtenção de um estatuto, o imobilismo de políticas de intervenção nos centros urbanos; é também em nome do estatuto de património mundial que o património se torna um “móvil” com que, sobretudo, as elites e os grupos locais organizados pressionam o poder local para a mudança do *statu quo*.

Ao socorrerem-se do património para promoverem nacional e internacionalmente a sua cidade, muitos responsáveis locais investem particularmente na constituição de um discurso, de uma iconografia e de um esteticismo específicos do espaço da cidade, de que o estatuto de património mundial se torna uma das principais referências. Mas a verdade é que, muitas vezes, estas imagens urbanas são desenhadas sobretudo através de meios comunicacionais, com base nas técnicas de *marketing*, e não a partir de um trabalho profundo que incida sobre o espaço urbano e a sua paisagem social (Legué-Dupont, 1996:39). Com efeito, também a procura do estatuto de património mundial pode estar subordinada a uma vontade indômita de construção de uma imagem de marca que não tem correspondência ao nível das dinâmicas do espaço urbano. Na verdade, o enobrecimento do passado pode ter como consequência o esquecimento e o empobrecimento do presente. Nesse sentido, e dadas as contestações populares à rigidez que a patrimonialização impõe (Milbert, 1996), e como afirma Legué-Dupont (1996:39), devemos interrogar-nos se os habitantes da cidade se revêem numa identidade urbana que lhes é imposta, na medida em que todas as iniciativas que visam promover a visibilidade e competitividade da cidade têm a ver com a ordem do prestígio e da *performance*.

#### Referências bibliográficas

AA.VV. (1998), *Guimarães: Cidade Património Mundial*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.

- Ashworth, G. J. e Tunbridge, J. E. (1994), *The Tourist-Historic City*, West Sussex, John Wiley & Sons Ltd.
- Balsas, Carlos José Lopes (1999), *Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica (Ministério da Economia).
- Bianchini, Franco e Schwengel Hermann (1990), "Re-imagining the city", em John Corner e Sylvia Harvey (orgs.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*, pp. 212-234, Londres, Routledge.
- Bourdin, Alain (1996), "Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain?", *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 72, 7-13.
- Carr, E. A. J. (1994), "Tourism and heritage. the pressures and challenges of the 1990s", em Greg Ashworth e P. Larkham (orgs.), *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. pp. 50-68, Londres, Routledge.
- Costa, Pedro (1999), "Actividades culturais e desenvolvimento regional: novos caminhos para a competitividade territorial", Comunicação apresentada ao IV Encontro da APDR, Braga.
- Domingues, Álvaro (1996), "Política urbana e competitividade", em: *Sociedade e Território*, 23, 31-42.
- Ferrão, João (1995), "Meios inovadores em cidades de média dimensão: uma utopia razoável? O caso de Évora" GREMI V, Dactilografado.
- Fortuna, Carlos (1997), "Destradicionalização e imagem da cidade, em Carlos Fortuna (org), *Cidade, Cultura e Globalização*, pp. 231-257, Oeiras, Celta.
- Fortuna, Carlos (1995), "As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais" em Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia*, pp. 209-230, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Fortuna, Carlos e Paulo Peixoto (1997), "A reconversão simbólico-funcional dos centros históricos: o caso de Évora", Actas do IV Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico, *Regionalização e Identidades Locais: a Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, pp. 219-234, Lisboa, Edições Cosmos.
- Houghton, Graham e Aidan While (1999), "From corporate city to citizens city? Urban leadership after local entrepreneurialism in the United Kingdom", em *Urban Affairs*, 35:1, Setembro.
- Kotler, Philip; Donald H. Haider e Irving Rein (1993), *Marketing Places: Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*, Nova Iorque, The Free Press.
- Legué-Dupont, Pascale (1996), "Les États-Unis: un site exemplaire", em *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 70, pp. 38-48.
- Milbert, Isabelle (1996), "Les tribulations du patrimoine urbain en Inde", em *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 72.
- Monnet, Jérôme (1996), "O álbi do património: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado", em *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, 24, pp. 220-228.
- Newby, P. T. (1994), "Tourism. Support or threat to heritage?", em Greg Ashworth e P. Larkham (orgs.), *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, pp. 206-228, Londres, Routledge.
- Nunes, Mário (1996), "Alta de Coimbra candidata a património mundial", em *Munda*, 32, 3-16.
- Peixoto, Paulo (1999), "Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano". Comunicação apresentada ao Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais, sessão temática: *Os Novos Espaços Públicos: Identidades e Práticas Culturais*.
- Peixoto, Paulo (1997a), *Imagens e Usos do Património Urbano no Contexto da Globalização*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, Paulo (1997b), "L'économie symbolique du patrimoine: le cas d'Évora", em *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 100.
- Peixoto, Paulo (1995), "A sedução do consumo. As novas superfícies comerciais urbanas", em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, pp. 147-170.

- Pinto, José Madureira (1995), "Intervenção cultural em espaços públicos", em Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 191-207.
- Prentice, Richard C. (1997), "Pricing policy at heritage sites: how much should visitors pay?" em David Herbert, Richard Prentice e Colin Thomas, *Heritage Sites: Strategies for Marketing and Development*, pp. 231-271, Aldershot, Avebury.
- Reis, Manuela (1999), "Cidadania e património. notas de uma pesquisa sociológica", em *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 77-94.
- Silva, Augusto Santos (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas", em Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura & Economia*, pp. 252-270, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Zukin, Sharon (1997), *The Cultures of Cities*, Oxford e Cambridge, Blackwell.